COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1983, DE 2015, DO SR. HILDO ROCHA, QUE "ALTERA O ART. 28 DA LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994, QUE 'REGULAMENTA O ART. 236 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DISPONDO SOBRE SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO (LEI DOS CARTÓRIOS)', PARA ESTABELECEER QUE OS NOTÁRIOS E OFICIAIS DE REGISTRO SERÃO REMUNERADOS POR SUBSÍDIO, EM ATÉ AO VALOR IDÊNTICO RECEBIDO PELOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E QUE A SOMA DOS EMOLUMENTOS ARRECADADOS PELAS SERVENTIAS QUE SUPERAR AS RESPECTIVAS DESPESAS COM PESSOAL E COM CUSTEIO EM GERAL SERÁ DESTINADA À SAÚDE PÚBLICA".

DECLARAÇÃO DE VOTO DO AUTOR

Apresentamos nesta douta Comissão Especial, como Autor do Projeto de Lei nº 1.983, de 2015, Declaração de Voto em discordância do Parecer do Relator, Dep. Rodrigo de Castro.

O referido projeto de lei altera o art. 28 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que "*Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios)*", para estabelecer que os notários e oficiais de registro serão remunerados por subsídio, em até ao valor idêntico recebido pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e que a soma dos emolumentos arrecadados pelas serventias que superar as respectivas despesas com pessoal e com custeio em geral será destinada à saúde pública alterando o artigo 28 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que dispõe "*sobre serviços notariais e de registro (Lei dos Cartórios)*, para estabelecer que os notários e oficiais de registro serão remunerados por subsídio, em até ao valor idêntico recebido pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e que a soma dos emolumentos arrecadados pelas

serventias que superar as respectivas despesas com pessoal e com custeio em geral será destinada à saúde pública”.

Conforme propugnamos nas razões da proposição, com o advento da Constituição Federal de 1988, os serviços notariais e de registro passaram a ser considerados atividades de natureza pública, em que pese o próprio texto constitucional determinar que sejam exercidos em caráter privado, mas por delegação do Poder Público.

Assim, os emolumentos, principal fonte de recursos dos cartórios, devem ser fixados por lei, possuindo, na verdade, natureza pública.

O mesmo entendimento já foi inclusive adotado pelo Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário nº 178.236/RJ, no qual se discutia a aplicação da aposentadoria compulsória aos titulares de serviços notariais e de registro.

Por esses motivos, restando inquestionável a natureza pública das atividades desempenhadas pelos notários e oficiais registradores, deve a esses profissionais ser aplicado o teto remuneratório dos servidores públicos, atualmente, o valor do subsídio mensal dos Ministros do STF.

A proposição recebeu parecer do primeiro Relator designado, Deputado Arthur Lira, com extensa fundamentação, pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.983, de 2015, na forma do substitutivo que apresentou.

Sua Excelência considerou a iniciativa como louvável e legítima, principalmente em se tratando de uma alternativa de arrecadação para o grave momento de recuperação econômica pelo qual passa o país, apontando sua adequação financeira e orçamentária (RICD, art. 53, II).

Acrescentou, ainda, que *“não é razoável que os titulares da delegação dos serviços notariais e de registro apropriem-se totalmente da arrecadação de um serviço estatal, ainda mais, se o fazem como particulares, “direito” hoje previsto pelo artigo 28 da Lei nº 8.935/1994 (‘Os notários e oficiais de registro têm direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia’). Ora, se os emolumentos são tributos (taxas), não podem ser incorporados ao patrimônio privado dos tabeliões e registradores, em detrimento do erário, sob pena de grave violação ao princípio da moralidade (CF, art. 37, caput) e, no limite, do republicano (CF, art. 1º, caput). A esse respeito, rememoro o magistério do saudoso Ministro Aliomar Baleeiro, em seu clássico Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar (5ª ed., Forense, p. 258/262): A pessoa de direito público interno pode delegar, certamente, a uma entidade pública – agência ou instrumentalidade de sua criação – o desempenho de serviços públicos, atribuindo-lhe a arrecadação de tributos de sua competência. No Brasil, serão taxas ou impostos, sujeitos ao princípio da legalidade e da anualidade como todos os demais. É o fato financeiro designado recentemente como parafiscalidade. Mas não é permitido a um governo criar tributo e cedê-lo a instituição privada, que o poderá cobrar diretamente no próprio benefício. Seria o maior dos contra-sensos supor que a Constituição, por um lado, garante a igualdade de todos os indivíduos perante a lei e assegura a propriedade, mas, por outro, autoriza que o dinheiro de uma pessoa possa ser cobrado por outra, no interesse desta, sob a égide do poder de tributar”.*

“(…) Em rigor, foi valendo-se dessa previsão normativa infraconstitucional, não da que caracteriza o caráter privado do exercício da atividade (CF, art. 236), que, sob a égide da lei vigente, o Supremo considerou

aplicável o teto aos responsáveis interinos pelas serventias, mas não aos delegados (cf. MS nº 30.180, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 21/10/2014). Noutras palavras, significa que a possibilidade de alterar o regime de delegação, estabelecendo retribuição por subsídio, é não só viável sob a ótica do controle de constitucionalidade, como também pertinente ao âmbito da liberdade de conformação do legislador ordinário, à revelia do reformador constitucional’.

Assim, apresentou voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, na forma de substitutivo.

Todavia, para surpresa de todos, houve uma alteração de Relator, e o novo titular da função, Dep. Rodrigo de Castro, apresentou um lacônico voto pela inconstitucionalidade, injuridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição da proposição. Apenas, como fundamento, alegou que *“notários e registradores, portanto, embora desempenhem atividade de relevante interesse público, não são titulares de cargos públicos efetivos, não podendo ser comparados a servidores públicos”.*

Tal afirmação não é correta.

Não há como negar a natureza pública das funções desempenhadas pelos notários e oficiais registradores, haja vista que o próprio Estado empresta seu prestígio para conferir fé pública aos atos praticados com a chancela de um cartório, cuja titulação depende, inclusive, de classificação em concurso público de provas e títulos.

Esse entendimento foi, inclusive, adotado pelo o Supremo Tribunal Federal (STF) por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário nº

178.236/RJ, no qual se discutia a aplicação da aposentadoria compulsória aos titulares de serviços notariais e de registro: “*Público continua a ser o serviço exercido pelos titulares de cargos criados por lei, em número certo e com designação própria, sujeitos a permanente fiscalização do Estado, diretamente remunerados à conta de receita pública (custas e emolumentos fixados por lei), e, sobretudo, investidos por classificação em concurso público*”. (RE 178236, Relator: Min. OCTAVIO GALLOTTI, Tribunal Pleno, julgado em 07/03/1996, DJ 11-04-1997 PP-12207 EMENT VOL-01864-08 PP-01610 RTJ VOL 00162-02 PP-00772).

Desse modo, restando inquestionável a natureza pública das atividades desempenhadas pelos notários e oficiais registradores, devem eles se submeter ao teto remuneratório aplicável aos servidores públicos, atualmente, o valor do subsídio mensal dos Ministros do STF, devendo a soma dos emolumentos que superar esse valor, bem como as despesas com pessoal, com custeio em geral e com investimentos, ser alocada em serviços públicos essenciais, como, por exemplo, a saúde, cujas verbas destinadas, ano após ano, revelam-se manifestamente insuficientes para prestar um atendimento minimamente digno à população.

Assim, manifesto meu voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária deste Projeto de Lei nº 1.983, de 2015 e, no mérito, pela aprovação.

Sala da Comissão, em 18 de dezembro de 2017.

Deputado HILDO ROCHA